

- **Política externa brasileira diminui a importância da ascensão da China**
- **Reunião do Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês indicará as prioridades para os próximos cinco anos**
- **Lei antimonopólio irá coordenar fusões e aquisições e proteger empresas nacionais**
- **Arthur Kroeber avalia a questão dos produtos chineses que ocasionaram recalls em agosto**
- **Abertura econômica não elimina propaganda como instrumento político**
- **Dragonomics analisa os cenários para o setor financeiro após abertura aos bancos estrangeiros**

Mensagem do Presidente

Prezados leitores,

O Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) realizou recentemente uma série de reuniões na China. Em parceria com o World Economic Forum, o CEBC organizou, durante a Reunião dos New Champions em Dalian, painel para debater os fundamentos para estabelecimento de parceria econômica estratégica sino-brasileira na próxima década. Em parceria com a seção chinesa do CEBC, o Conselho organizou em Xiamen Seminário de Cooperação Econômica e Comercial Sino-Brasileira durante a 11ª Feira Internacional de Investimentos e Comércio da China e sua Reunião Bilateral Anual 2007.

Durante o painel realizado na Reunião dos New Champions, executivos de empresas brasileiras e chinesas debateram a pequena presença empresarial brasileira na China e, conseqüentemente, a ausência de produtos brasileiros no mercado chinês. Ficou claro que o Brasil precisa urgentemente construir sua imagem na China para que suas empresas possam avançar no mercado consumidor daquele país, que mantém enorme ritmo de crescimento.

Nesta oportunidade, o Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Sr. Ivan Ramalho, lembrou a necessidade de diversificação da pauta exportadora brasileira para a China, concentrada em basicamente três commodities. O Secretário reafirmou que devemos continuar a aproveitar a competitividade brasileira no setor primário e o imenso apetite chinês para consumir matérias-primas. No entanto, enfatizou que o Brasil não pode deixar de aproveitar as oportunidades do intenso crescimento das importações chinesas para diversificar sua pauta.

Em Xiamen, o Brasil foi representado por uma delegação de 34 representantes de empresas associadas e do governo brasileiro. Além de importante troca de experiências entre entidades brasileiras e chinesas associadas às duas seções do CEBC, foram debatidas as principais dificuldades enfrentadas em investimentos e comércio.

Na Reunião Bilateral Anual do CEBC, empresas chinesas reforçaram, mais uma vez, que a demora para obtenção de licenças ambientais, excesso de burocracia para constituição de empresa no Brasil, pesada carga tributária, penosa legislação trabalhista e enorme dificuldade para obtenção de vistos de negócios para ingresso no Brasil dificultam a realização de investimentos chineses no país.

Do lado brasileiro, as barreiras para ingresso da carne brasileira no mercado chinês e dificuldades para obtenção de licenças para projetos de logística na China foram alguns dos obstáculos apresentados. As duas seções do Conselho reafirmaram que ainda existe enorme desconhecimento entre os dois países, especialmente entre suas comunidades empresariais. Esse desconhecimento continua a impedir que empresas conheçam as reais oportunidades para realização de parcerias sino-brasileiras e que os dois países alcancem um relacionamento mais maduro.

O representante do Ministério do Comércio da China (MOFCOM), Sr. Chen Jian, presente durante o seminário, recebeu positivamente a proposta apresentada pelo Sr. Ivan Ramalho de realizar periodicamente reuniões entre o MOFCOM e o MDIC no Brasil e na China. As reuniões, que deverão ser acompanhadas pelos setores privados brasileiro e chinês, são imprescindíveis para remover barreiras e superar dificuldades existentes e, principalmente, estimular a ampliação e diversificação do comércio bilateral e a intensificação de investimentos mútuos.

O Embaixador do Brasil em Pequim, Sr. Luiz Augusto de Castro Neves, insistiu no fato de que também existe grande complementaridade entre as economias brasileira e chinesa e que parcerias sino-brasileiras são fundamentais para que empresas de ambos os países possam aproveitar as oportunidades oferecidas por essa complementaridade. O Embaixador lembrou das oportunidades existentes no setor do agronegócio e da necessidade de investimentos conjuntos na logística desse setor brasileiro.

Percebo que o Brasil continua a não entender o impressionante crescimento da China e todos os seus efeitos para o mundo. Estamos diante do principal processo de desenvolvimento da atualidade, a ascensão chinesa induziu um reordenamento da economia em escala global e afetou cadeias produtivas de todos os países. A China tornou-se o principal parceiro comercial de diversos países e também foco das atenções do mundo ocidental. O Brasil, principalmente as instituições governamentais e o empresariado, precisa urgentemente desenvolver uma estratégia de longo prazo capaz de absorver os impactos da ascensão chinesa e aproveitar as oportunidades proporcionadas pela China.

Os efeitos do crescimento chinês são percebidos em todo mundo, as *commodities* alcançam preços recordes que beneficiam enormemente países como o Brasil. Da mesma forma, empresas de todo mundo compreenderam a importância desse fenômeno e incluíram a China em seu planejamento estratégico. Conseqüentemente, passaram a aproveitar o grande potencial das importações chinesas, exportando para aquele país cerca de US\$ 800 bilhões em 2006. No entanto, o Brasil permanece alheio a esta realidade mundial. A China está muito próxima de se tornar o segundo maior parceiro comercial do Brasil. Ainda assim, continuamos a dedicar nossos esforços à discussão e endereçamento de problemas e muito pouco à exploração organizada e sistemática das oportunidades deste mercado.

O Brasil não precisa restringir sua estratégia à proteção do mercado doméstico da invasão de produtos chineses. É necessário investir em inteligência comercial para entender o nicho de mercado da indústria brasileira na China. Enormes oportunidades deixam de ser aproveitadas por empresas brasileiras. Destaco o setor de agronegócio, automação bancária e até mesmo maquinário, devido à falta de conhecimento e de iniciativa do setor privado e também do governo brasileiro. Até quando o Brasil continuará inerte perante esse novo cenário?

Estamos diante de uma real oportunidade para aprofundarmos a relação entre os dois países por meio da criação de fundamental canal permanente de diálogo comercial entre os governos brasileiro e chinês. A proposta apresentada pelo Secretário Executivo do MDIC conta com integral apoio do Conselho Empresarial Brasil-China.

A reunião bilateral do Conselho é de suma importância para o aprimoramento dos trabalhos das duas seções, uma vez que a aproximação permite troca de experiências entre empresas associadas. Além disso, a reunião bilateral tornou-se respeitável foro para que empresas associadas apresentem dificuldades e barreiras existentes na relação bilateral. Ressalto a enorme repercussão dos trabalhos da reunião bilateral na mídia brasileira, inclusive nos jornais de maior circulação do país, o que contribuiu para reforçar o discurso deste Conselho acerca da necessidade da intensificação das relações sino-brasileiras.

As reuniões realizadas este ano na China foram mais um passo muito importante para a consolidação do trabalho do Conselho Empresarial Brasil-China, principalmente, para demonstrar aos governos brasileiro e chinês a necessidade de maior diálogo entre as duas nações para efetivação das desejadas parcerias sino-brasileiras.

Ernesto Heinzelmann
Presidente do Conselho Empresarial Brasil-China

Política externa

Brasil contraria tendência internacional e deixa China à margem da agenda política

Como parte da estratégia brasileira de busca por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o governo brasileiro anunciou a inclusão de três novos destinos em sua missão oficial à África – Burkina Faso, República do Congo e República Democrática do Congo. O tema, em conjunto com a vitória na Rodada de Doha, é o principal objetivo da política externa do atual governo e não somente deixa a China à margem das prioridades, como também permite que outros países aproveitem as oportunidades oferecidas pelo crescimento econômico chinês.

Apesar de toda a euforia quando da troca de visitas presidenciais ocorrida em 2004, o Brasil percebeu que não pode contar com o apoio da China para o seu projeto de reforma do Conselho de Segurança, uma vez que a concessão do status de membro permanente ao Brasil resultaria na concessão do mesmo status ao Japão. Também em função da política externa chinesa, tampouco as visitas oficiais do presidente Lula a países africanos garantem resultados promissores.

O relacionamento sino-africano tem se fortalecido em razão da aliança entre a crescente demanda chinesa por recursos naturais e a sede de países africanos por investimentos e créditos. Em troca de contratos de exploração, a China oferece pacotes atrativos como, por exemplo, grandes obras de infra-estrutura, doações de medicamentos, empréstimos a juros baixos e venda de armamentos para países politicamente instáveis. Assim, a China preenche simultaneamente o espaço deixado por organismos internacionais e demais países, dificultando parcerias que não sejam do interesse de Pequim.

Já em relação à obtenção de resultados satisfatórios na Rodada de Doha, o governo brasileiro continua insistindo na proposta do G-20, que não possui unanimidade e ainda não conseguiu determinar com clareza que objetivo ou norte deseja para a indústria brasileira devido à ausência de uma política industrial definida. O governo chinês, por sua vez, não se apresenta como parceiro estratégico. Autoridades do país têm preferido adotar postura retraída durante as negociações e alegam que a China já teria feito excessivas concessões ao cumprir o estabelecido por seu protocolo de ascensão à Organização Mundial do Comércio (OMC).

A pouca relevância da China na agenda de curto prazo do Itamaraty, não surpreendentemente produz efeitos negativos sobre atividades cotidianas do relacionamento bilateral.

O número reduzido de visitas oficiais, o orçamento enxuto e o quadro reduzido de funcionários concursados na embaixada de Pequim são desafios diários às atividades da instituição.

Somado a essa pouca atenção do governo brasileiro, observa-se também relativa perda de interesse do próprio governo chinês em relação ao Brasil. É inquestionável a importância brasileira para a diversificação da pauta de fornecedores de matérias-primas à China, contudo outros países podem ocupar seu lugar sem acarretar o mesmo desgaste político. Nesse sentido, as tensões comerciais sino-brasileiras, em sua maioria originárias da falta de competitividade estrutural brasileira, contribuem de forma significativa para aumentar ainda mais esse desgaste.

Dessa forma, tem-se uma enorme contradição. Enquanto a China caminha para se tornar o segundo parceiro comercial brasileiro – repercutindo em maior interesse comercial entre brasileiros que consultam a embaixada e chineses que solicitam vistos de negócios – a representação oficial do Brasil na China tem se reduzido, sem perspectivas imediatas de reversão. A embaixada norte-americana de Pequim está construindo novas instalações para expandir o seu quadro de 1.200 funcionários. No mesmo sentido, algumas embaixadas de países da América Central e Caribe possuem quadro de diplomatas mais numerosos do que o destinado pelo Itamaraty à China – em algumas delas já se estuda possibilidade de ampliação. O Brasil está, portanto, na contramão.

Governo chinês

Congresso Nacional do Partido: o que esperar?

O 17º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês está com data marcada. As reuniões terão início em 15 de outubro e ocorrerão ao longo de cerca de uma semana. O encontro quinzenal contará com mais de dois mil delegados, eleitos de diversos níveis do Partido Comunista.

Os Congressos Nacionais são, em princípio, as instâncias superiores do Partido e, assim, do governo chinês, uma vez que neles são definidas mudanças na composição da liderança do Partido e as principais diretrizes e prioridades do governo nos cinco anos subsequentes. Na prática, o Congresso funciona, prioritariamente, como instrumento de ratificação e formalização das decisões tomadas no interior da cúpula do Partido Comunista.

Espera-se que o 17º Congresso dê continuidade ao processo de consolidação de Hu Jintao, em curso desde sua nomeação ao cargo de Secretário Geral do Partido em 2002. Esse processo tem-se constituído da substituição dos aliados de seu antecessor, Jiang Zemin, nas fileiras do Conselho de Estado, nos governos provinciais e municipais e nos vários níveis da organização do Partido. Nesse empreendimento, Hu Jintao tem contado com o apoio e dado preferência a sua própria base aliada, a Liga da Juventude Comunista da China e, em muito menor escala, aos chamados *princelings*, filhos de figuras históricas do Partido, tais como Xi Jinping, atual líder do partido em Xangai.

Mais do que dirimir a influência de Jiang Zemin e a sombra de seu patrono Deng Xiaoping, Hu Jintao tem como meta aprofundar um programa próprio. Alterações recentes no gabinete ministerial indicam maior valorização da competência profissional na seleção das lideranças para setores considerados estratégicos. Exemplos notáveis são Chen Zhu e Wan Gang, dois ministros não-comunistas indicados para as pastas de Saúde e Ciência e Tecnologia, respectivamente. Chen e Wan são cientistas não membros do Partido Comunista, respeitados em suas áreas de atuação com carreiras políticas inexpressivas.

Outro desafio apontado por analistas é a redefinição da própria natureza do Partido, permitindo maior inclusão em face à diversificação (e, por que não, estratificação) da sociedade chinesa. Na divulgação dos nomes dos delegados que integrarão o Congresso, o Partido ressaltou a escolha mais equilibrada entre idades, gêneros e classes. Gang Lin, analista do Woodrow Wilson Center's Asia Program, nota que o Partido tem se identificado cada vez menos como uma vanguarda da classe trabalhadora e cada vez mais como uma vanguarda da nação chinesa, procurando absorver as classes emergentes e não alienar as camadas mais baixas da população.

Lyman Miller, do China Leadership Monitor, nota que Hu Jintao deve promover, no Congresso, a elevação de cargo de seu sucessor implícito. Segundo a analista, é esperado que o sucessor seja eleito para o Comitê Permanente do Politburo e, em seguida, indicado a cargos de segundo-em-comando, tais como a vice-presidência da República e da Comissão Militar Central, atualmente ocupadas por Zeng Qinghong, aliado de Jiang Zemin. Também devem receber atenção as normas de transição, que permanecem, segundo analistas, confusas, pouco formalizadas e muito maleáveis. As limitações de idade à ocupação de certos cargos, por exemplo, têm sido observadas mais como diretrizes gerais do que regras rígidas.

Demais temáticas têm figurado no topo da agenda do Partido e devem ser abordadas no Congresso, como a necessidade de arrefecer o crescimento econômico, o combate à corrupção e à desigualdade e a sustentabilidade ecológica do modelo de desenvolvimento. Enquanto muitas das iniciativas do governo chinês têm buscado coordenar essas metas, muitas vezes elas podem se mostrar incompatíveis e irreconciliáveis. Nesse sentido, o Congresso nos fornecerá indicadores das prioridades do Partido e as diretrizes gerais a serem seguidas no curso dos próximos cinco anos.

Legislação

Lei antimonopólio é aprovada na China

Após mais de 13 anos de discussão, o Congresso Nacional do Povo da China aprovou, no dia 13 de agosto de 2007, a Lei de Concorrência da China. A nova legislação, que entrará em vigor no dia 1º de agosto de 2008, proíbe acordos de preços, formação de cartéis, abuso de poder de mercado e outras práticas monopolistas. A lei era muito aguardada pelo setor privado chinês, uma vez que permite a criação de condições reais para o capital privado nacional competir com as gigantes estatais chinesas, que ainda controlam alguns setores da economia. Um ponto adicionado recentemente ao texto em discussão, que gerou comentários entre os analistas internacionais, foi o controle formal do governo chinês para revisão de operações de fusões e aquisições de empresas chinesas por empresas de capital estrangeiro.

Empresas estrangeiras que desejarem investir no país estarão sujeitas à investigações promovidas pela autoridade responsável - Anti-Monopoly Enforcement Authority. A lei permite que investigações sejam feitas nas empresas estrangeiras que possuírem mais de 50% de participação em joint-ventures, de forma a verificar se estariam abusando de suas posições majoritárias. Empresas interessadas na compra de operações ou na promoção de fusões com empresas chinesas de setores que afetam a segurança do país (tais como o de armamentos, geração e distribuição de eletricidade, petroquímica e aviação) deverão ser aprovadas em um teste de segurança nacional. É definido como "abuso" situações nas quais produtos são vendidos a preços injustamente altos ou comprados a preços injustamente baixos (contudo, não há uma definição clara do que seria injusto).

A nova lei, que segue o modelo usado por diversos países ocidentais, estabelece três pilares para o controle da concorrência na China: (i) proibição de contratos anticoncorrenciais; (ii) proibição ao abuso de posição dominante de mercado; e (iii) controle formal sobre operações de fusão e aquisição. No entanto, a própria lei permite ao governo interpretá-la e aplicá-la de forma a contribuir com o desenvolvimento econômico da China, o que demonstra uma predisposição a aceitar exceções.

A nova norma poderá impactar sensivelmente os contratos e operações das empresas instaladas na China, inclusive empresas de capital estrangeiro que operam naquele país. É necessário entender o texto legal para então avaliar os impactos sobre as operações no país. No entanto, será também necessário acompanhar a aplicação da lei após sua entrada em vigor.

A implementação da lei é também uma forma de ajudar as empresas locais, que vêm sofrendo nos últimos anos com a competição acirrada com estrangeiras. A entrada da China na OMC há seis anos reduziu as políticas preferenciais concedidas às empresas nacionais. Desde sua adesão à organização, o país atraiu mais de US\$ 300 bilhões em investimento externo direto (IED).

Constantes críticas quanto à predominância das empresas estrangeiras frente às nacionais também têm feito o governo possuir maior controle da entrada de

companhias no país. A Goldman Sachs, por exemplo, planejou a compra de participação de 10,7% da Guangdong Midea Electric Appliances, mas teve seu projeto vetado pelas autoridades regulatórias. O acordo havia sido aprovado anteriormente pelo Ministério do Comércio.

Em 2003, as fusões e aquisições na China representaram apenas 5% do IED. Já em 2005, o valor chegou a 20% do total de IED que entrou no país (US\$ 60,3 bilhões), alcançando US\$ 12,06 bilhões. Em 2007, os primeiros sete meses totalizaram US\$ 37 bilhões de IED. Os investimentos externos já somam US\$ 750 bilhões desde 1978, quando as reformas de Deng Xiaoping foram iniciadas. Cerca de 600 mil empresas estrangeiras entraram no país desde então e mais de 25 milhões de cidadãos foram empregados.

A iniciativa é vista como grande passo da China ao desenvolvimento de uma economia de mercado. Ainda que a economia chinesa não seja demasiadamente dependente dos investimentos estrangeiros para impulsionar seu crescimento, o país considera positiva a entrada de empresas com grande conhecimento tecnológico e produtoras de bens com maior valor agregado, em detrimento às manufaturas baratas voltadas à exportação. Apesar da nova lei proibir acordos monopolísticos como cartéis e determinar normas para a investigação dessas práticas, ela protege tais acordos desde que estes promovam inovação e avanços tecnológicos. Para isso, os chineses defendem uma seleção criteriosa e específica para entrada de empresas que investirão no país.

Sociedade

Abertura econômica não elimina propaganda como instrumento político¹

As propagandas políticas de massa típicas de sociedades comunistas autárquicas ainda não desapareceram do cotidiano chinês. O uso de veículos de massa para propagação dos princípios de unidade e nacionalismo permanece como instrumento político e são menos sutis do que se espera de um país, que não somente detém uma das economias mais internacionalizadas do mundo, como também se intitula não-intervencionista.

Na mesma semana em que Taiwan apresentou (mais uma vez sem sucesso) à Organização das Nações Unidas (ONU) sua candidatura a país-membro independente, jornais chineses publicaram vários artigos lembrando a origem e os princípios legítimos que serviram de base para a instauração do regime comunista. A propaganda política, que também esteve presente em reportagens televisivas, foi mais além. Em um shopping de Pequim, um enorme telão exibia por 15 minutos imagens da guerra civil chinesa que antecedeu a expulsão de Chiang Kai-Shek para Taiwan, seguidas de discursos legendados e em alto volume de Mao Tse-Tung. A propaganda glorificava a luta dos trabalhadores (e conseqüentemente do próprio regime), o patriotismo e a existência de uma só China.

O sentimento de unidade nacional é também exaltado com freqüência nas inúmeras propagandas das Olimpíadas. Do slogan dos jogos ao quase preconceituoso incentivo à ocidentalização de costumes chineses, o recado é um só: "Estamos prontos para o mundo, já somos um país moderno". Por trás disso, tem-se veneração pela transformação e pela modernidade, o que pode ser interpretado como aceitação e reconhecimento dos benefícios da abertura econômica. Analisada com mais cautela, a mensagem pode ser ainda mais profunda. As propagandas "vendem" o evento olímpico como oportunidade única de mostrar ao mundo tudo de que a China é capaz, recuperando não só a auto-estima do país e de seus cidadãos, como também unindo a população outra vez em prol de uma causa, pelo menos em teoria, nacional.

Em especial tratando-se das Olimpíadas, a pergunta que deve ser feita é o que será utilizado depois como "projeto nacional". Após agosto de 2008, quando o evento se encerra, o que acontecerá com as milhares de lojas que vendem o sonho olímpico, por exemplo? Quando as obras se encerrarem, para onde irão os inúmeros trabalhadores mobilizados? Quando entrevistado sobre o tema, o cidadão médio de Pequim não esconde a tristeza de que falta menos de um ano para o início dos

¹Este texto foi produzido a partir das percepções da analista internacional Zaira Lanna, que encontra-se em Pequim em programa de estágio oferecido pela embaixada brasileira.

jogos e acrescenta que sentirá um enorme vazio em razão do término dos preparativos. Provavelmente o governo chinês encontrará um substituto, uma vez que a própria Olimpíada substituiu a mobilização nacional pela entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Quando não explicitamente utilizada como instrumento de propaganda política, a mídia precisa conviver com a censura de temas que, de acordo com o governo central, estimulam a “desordem”. De todos, é o controle da internet o maior desafio às autoridades chinesas. A estimativa é de que existam mais de 30 mil profissionais responsáveis por monitorar o acesso à rede, não incluindo fiscalização direta em centrais públicas de acesso. A conscientização do volume de informação censurada varia. Para alguns, a abertura política praticamente se dá na mesma velocidade em que ocorre a abertura econômica. Já outros não escondem o desconforto quando o tema de discussão inclui liberdade de expressão ou democracia.

Os veículos de comunicação enfrentam ainda obstáculos para exibição de ícones ocidentais classificados como “prejudiciais à cultura nacional”. Um programa de exibição de filmes dos estúdios Disney, elaborado especialmente pelo Disney Channel para a televisão chinesa, teve que se adaptar às exigências do canal estatal, que restringiu o número de vezes que o personagem Mickey deve aparecer ou ser citado em cada show.

Aparentemente o que vale é o controle do processo. Enquanto se assiste à descentralização das decisões econômicas e de sua implementação, observa-se a centralização das decisões políticas e dos mecanismos de supervisão. Nesse sentido, propagandas que exaltam a unidade nacional como as citadas e, sobretudo, a eficácia das mesmas, têm futuro incerto. Se por um lado a tendência é de que sejam mantidas como instrumento político de manipulação e legitimação de políticas, de outro somente surtirão o efeito desejado enquanto a população se mantiver relativamente confortável com a troca de melhoria de qualidade de vida por parte de sua liberdade individual. O processo de abertura política é parte da agenda governamental e é inegável que já ocorreram avanços significativos – é possível, por exemplo, criticar o governo e há diversos grupos acadêmicos que o fazem. No entanto, é preciso lembrar que o processo exige tempo e tem sido feito de forma gradual e contínua, de maneira a não comprometer a estabilidade política e, tampouco, abalar o crescimento econômico.



Quatro lições sobre exportações perigosas

Artur Kroeber²

A última semana foi muito ruim para a China Inc., que era conhecida por sua reputação em fabricar produtos baratos e, agora, é reconhecida mundialmente por fabricar produtos baratos e perigosos. Contudo, a lição que deve ser aprendida é que a globalização das cadeias produtivas requer controle mais astuto nos países ricos.

A carnificina começou com o recall de mais de 18 milhões de brinquedos da Mattel Inc., que seguiu um outro em menor proporção de brinquedos pintados com tinta de chumbo. A Toys 'R Us anunciou então que pararia de vender babadores de vinil, devido aos resultados de testes que acusavam a presença de chumbo na tinta do produto. Uma distribuidora de colchões holandesa fez *recall* de 1.300 colchões fabricados na China que continham produtos químicos cancerígenos. A Tailândia banii as importações de produtos chineses após descoberta de perigosos resíduos de pesticidas nos testes de mais de 11 mil frutas e verduras. Uma investigação do Departamento de Drogas e Alimentos norte-americano (FDA, na sigla em inglês) revelou que uma empresa chinesa exportava uma versão falsificada de teste caseiro para diabetes vendido pela Johnson & Johnson.

Apesar de serem prejudiciais à reputação da China, os recalls não irão frear a locomotiva chinesa, impulsionada majoritariamente pela construção civil, ou reduzir

²Arthur Kroeber é editor-chefe da *China Economic Quarterly* e diretor da *Dragonomics Research*.

significativamente as exportações do país, a maioria das quais não foi afetada pelos escândalos. Mas esses *recalls* servem de alerta aos países ricos, sobre como devem regular suas economias em uma era de cadeias produtivas globalizadas. Eis aqui quatro lições a serem apreendidas deste episódio.

Lição 1: Parte do “preço China” é arbitragem regulatória.

Nos últimos anos a imprensa divulgou várias histórias sobre como o “preço China” ameaçava fabricantes de países ricos. Não há dúvida de que uma parte substancial desse “preço China” está associada ao baixo custo da mão-de-obra, efeitos em cadeia criados por densas redes de suprimento e assim por diante.

Agora ficou claro, contudo, que em certas categorias de produtos parte do “preço China” resulta da fuga da produção de jurisdições com regulação forte e altos custos de aquiescência, para jurisdições com regulação mais branda e custos mais baixos para cumprimento das normas. Essa arbitragem regulatória não constitui integralmente o “preço China” ou sequer sua maioria e, em muitas categorias de bens (e.g. computadores), é provavelmente insignificante. Mas naqueles bens nos quais a arbitragem é fator preponderante – brinquedos, alimentos e remédios – a mesma vem sendo sumariamente exposta. Empresas que fazem vista grossa a questões de qualidade não podem mais se dar a esse luxo.

Muitas empresas estão cientes dos problemas inerentes à fabricação de produtos na China e investem massivamente em controle de qualidade. Um amigo nosso recentemente nos relatou um encontro com um executivo de uma grande firma internacional de construção e engenharia que opera muito na China. Quando o assunto chegou à qualidade dos materiais de construção locais, esse executivo disse: “Nós testamos toda remessa de cada material que usamos. Qualquer um que não fizer o mesmo é insano.” Outra conhecida nossa que exporta grande volume de quinquilharias da China para os Estados Unidos gasta uma parte incrível de seu tempo rejeitando encomendas de fornecedores que tentam extrair alguns centavos a mais raspando milímetros de bijuterias ou trocando para materiais mais baratos. Virtualmente, nenhum fornecedor oferece qualidade consistente de remessa para remessa.

Lição 2: Em cadeias de produção globalizadas, o comprador, não o vendedor, tem o poder.

O que move esta arbitragem regulatória? Muitos dos comentários acerca do “preço China” sugerem que fabricantes chineses estejam por trás do processo por sua habilidade de passar a perna em seus competidores internacionais. O governo chinês é um conspirador por sua recusa deliberada em aplicar regulação ambiental e de segurança, o que poderia elevar os preços de suas exportações.

Nada poderia estar mais distante da verdade. Em realidade, a maior parte do poder nessas cadeias de produção está nas mãos das pessoas que controlam a distribuição final nos grandes mercados – Estados Unidos e Europa. Estas são as corporações multinacionais (MNCs, na sigla em inglês) que têm as marcas, as relações de distribuição e as próprias distribuidoras, tais como Wal-Mart e Toys ‘R Us.

Porque esses jogadores controlam o acesso ao consumidor final, e porque estão fortemente concentrados, enquanto os fornecedores estão fragmentados entre dúzias ou milhares de pequenas firmas de produção, os compradores podem ditar os termos e insistir para que os preços sejam reduzidos a cada ano. Nesse ambiente selvagem, fornecedores têm enormes incentivos para encontrar formas escusas de cortar custos – precisamente o que ocorreu quando produtores de brinquedos chineses substituíram tinta livre de chumbo pela tinta chumbada, mais barata. O governo chinês é pouco mais que espectador neste processo.

Lição 3: A responsabilidade primária por resolver este problema daqueles que detêm o poder: MNCs e governos de países ricos que as regulam.

Não há dúvidas de que a China deva resolver essa situação. Uma lição particularmente importante do caso do kit de diabetes da Johnson & Johnson é que os direitos

de propriedade intelectual e de segurança do consumidor estão interligados. Esta é uma notícia desagradável, porém necessária, para um governo chinês que considera geralmente regras de propriedade intelectual como uma conspiração dos países ricos para privar suas empresas de lucros.

No entanto, é importante lembrar que o histórico chinês referente aos produtos de má qualidade que auferem perigo a seus consumidores, bem como de violação do direito de propriedade intelectual alheio, não difere significativamente do histórico dos Estados Unidos há um século. Estes ignoraram muitos acordos internacionais de propriedade intelectual durante anos, até que suas próprias empresas detivessem a maior parte da propriedade intelectual digna de proteger. Ademais, apenas após quatro décadas de legislação e consolidação de aparato burocrático – que culminaram na centralização da supervisão de remédios sob uma FDA ampliada em 1937 – puderam os consumidores norte-americanos confiar plenamente na segurança dos produtos comprados. Outra onda de ativismo e legislação foi necessária na década de 1970, a fim de proteger os consumidores de, por exemplo, riscos de automóveis defeituosos.

Os problemas dos Estados Unidos com segurança de produtos foram largamente autocontrolados porque a maioria era consumida domesticamente. À medida que crescia a renda, aumentava também a demanda por maior regulação. Havia uma relação orgânica entre as porções produtora e consumidora da economia.

O problema hoje é que, graças à globalização das cadeias produtivas, consumidores de países ricos do século XXI compram produtos fabricados em lugares com níveis de renda e regimes regulatórios do século XIX. Ainda algum tempo passará até que os consumidores chineses sejam ricos o suficiente para demandar os níveis de regulação que há muito se considera como padrão em países desenvolvidos. É, portanto, uma perda de tempo insistir para que a China carregue todo o fardo da garantia da qualidade dos produtos. Ademais, apesar das reclamações de alguns setores, os países ricos têm sido grandes beneficiários do sistema de produção globalizado – os consumidores se beneficiam de preços baixos; as MNCs, donas de marcas e distribuidoras, de lucros mais generosos.

Não haveria nada de errado com isso se os países ricos investissem adequadamente em regulação. Contudo, na realidade, o oposto tem ocorrido. A pedido dos grandes empresários que formam sua base de apoio, o governo Bush tem sistematicamente privado de recursos agências reguladoras como a FDA e a Comissão de Segurança de Produtos de Consumo (CPSC, na sigla em inglês), dificultando que estas cobrem das MNCs a qualidade dos bens que distribuem nos Estados Unidos.

Foram as MNCs e seus países ricos reguladores que montaram e facilitaram a cadeia de produção global. Por isso, o trabalho de garantir que os bens gerados por esta cadeia produtiva sejam seguros para o consumo em países ricos deve ser majoritariamente de sua responsabilidade. Para as empresas, que sempre clamam por legislação mais flexível, a lição deve ser clara: confiança do consumidor é o suporte indispensável para um mercado saudável. Em se tratando de qualidade de produtos, a confiança do consumidor pode somente ser garantida por meio de algum grau de regulação governamental independente. Tentativas de minar essa infra-estrutura regulatória são míopes e autodestrutivas. Muitos tipos de regulação são desnecessários e onerosos, mas o tipo de regulação que dá ao consumidor a confiança para comprar é indispensável.

Lição 4: A China não vai conquistar o mundo.

O rápido crescimento chinês na última década tem levado a uma gama de hipérbolas ridículas sobre o vindouro “século chinês”. Claras extrapolações do crescimento do PIB e do poder chinês não consideram os crescentes custos que a China Inc. enfrentará quando consumidores passarem a demandar padrões regulatórios mais rígidos, visando à garantia de qualidade, segurança e sustentabilidade ambiental dos produtos que consomem. A adequação a esses padrões mais elevados requer eficiência na produção, nas finanças e na administração muito maiores do que a China pode prover. Alcançar essa eficiência será o trabalho de décadas e, não apenas, de alguns poucos anos. A China é um *catch-up country*, não um líder global. Os eventos da última semana são lembretes úteis da distância que a China há de percorrer até que possa ser considerada de fato uma líder global.

© Dragonomics Research & Advisory. Esta análise foi preparada a partir de fontes de dados que nós acreditamos serem confiáveis, mas nós não fazemos nenhuma representação de sua precisão ou integridade. Esta análise é publicada apenas para a informação dos clientes da Dragonomics Research & Advisory e não é uma oferta de venda ou compra, nem uma solicitação de oferta para a oferta de compra ou venda de um derivativo. Esta análise não deve ser interpretada como a provisão de investimentos para nenhum estado país ou jurisdição nas quais esses serviços sejam ilegais. As opiniões e estimativas expressadas nessa análise constituem nosso julgamento dos dados que nos foram apresentados e são sujeitos à mudança sem notificação prévia.

Reprodução autorizada de artigo do Dragonomics Research & Advisory (www.dragonomics.net) publicado em 20.08.2007. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados. Os editores da Carta da China traduzem os artigos publicados no convênio CEBC-Dragonomics Research & Advisory sem alteração do conteúdo original.

Infra-estrutura

Ampliando horizontes: carências e oportunidades do interior chinês

Ainda que as mudanças econômicas das últimas décadas tenham levado a China à condição de uma das maiores potências do cenário internacional, o acelerado ritmo de crescimento não tem sido homogêneo. As disparidades entre as regiões do país e o consumo interno baixo em proporção ao PIB (o crescimento econômico continua sendo puxado primordialmente pelos investimentos e exportações) são elementos característicos do desempenho chinês.

A renda e a qualidade de vida da população na costa leste continuam muito superiores àquelas de quem vive no oeste do país e tal desequilíbrio é um dos responsáveis pelo poder de compra relativamente baixo dos chineses. Para que a demanda interna seja responsável por uma fatia cada vez mais significativa do crescimento, torna-se crucial aumentar o consumo na maior parte das regiões do país. Assim, na tentativa de promover um crescimento mais equânime, o Presidente Hu Jintao assumiu como lema a criação de uma "sociedade harmoniosa" na China.

Alguns fatores infra-estruturais atuam como entraves à concretização desse plano, como um sistema de distribuição fragmentado, carência de mão-de-obra qualificada no setor de logística, restrições na legislação, protecionismo local e uso limitado de tecnologia nos transportes. Tais problemas tornam regiões do país menos atraentes aos investidores externos e, conseqüentemente, prejudicam os projetos do governo de promover integração nacional e diminuir as disparidades entre as regiões chinesas.

Assim, em seu décimo primeiro Plano Quinquenal (2006-2010), o Partido Comunista da China apresentou uma seqüência de projetos voltados para os setores de transporte e logística. Destacam-se os planos para reformas e construções de novas ferrovias e vias expressas, expansão, realocação e construção de aeroportos (inclusive no nordeste, oeste e centro do país) e desenvolvimento da infra-estrutura para o transporte de carvão, petróleo importado, gás e minério de ferro.

Tais projetos estão alinhados ao Programa *Go West*, lançado pelo presidente anterior, Jiang Zemin, que oferece incentivos para que empresas se estabeleçam no oeste da China. A expectativa é de que essas empresas invistam na região, incrementando sua infra-estrutura, além de gerarem empregos e elevarem o poder de compra da população. O programa tem por objetivo não somente oferecer custos baixos de produção às empresas, mas também fazer com que a região oeste se torne mercado consumidor para o que nela for fabricado. Por fim, tornar o oeste chinês mais atraente também pode diminuir a grande migração para a costa, o que constitui enorme preocupação do governo.

As empresas podem aproveitar os impostos reduzidos e as mudanças em andamento para produzir a custos mais baixos no interior da China. Análises sobre a geografia do lugar escolhido e hábitos da população são cruciais para a compreensão da dinâmica local e para o desenvolvimento posterior de uma estratégia de vendas da produção. Por exemplo, nas áreas interioranas os consumidores tendem a preocupar-se mais com preço e funcionalidade do que com embalagem e marca do produto. Algumas empresas podem também utilizar sua tecnologia para melhorar a logística das operações, aumentando sua eficiência e diminuindo os custos. Tais medidas podem ser implementadas em cooperação com o governo, facilitando sua adaptação e contribuindo para o desenvolvimento do local escolhido.

A responsabilidade pela redução das disparidades e pelo aumento no nível de consumo interno é, evidentemente, do governo chinês. Contudo, empresas chinesas e estrangeiras podem colaborar na agilização do processo, tornando-o mais eficiente e menos custoso aos cofres públicos. O projeto chinês de desenvolvimento do interior oferece oportunidades para empresários chineses e estrangeiros que, se bem aproveitadas, podem trazer benefícios tantos para as empresas quanto para a sociedade.



Vida após o Big Bang

Joshua Kurtzig³

As aberturas de capital de três dos quatro maiores bancos estatais chineses – conhecidos como Big Four Banks - somadas à permissão para que bancos estrangeiros possam realizar transações em Renminbi (moeda chinesa), em dezembro de 2006, mudaram radicalmente o cenário do setor bancário da China nos últimos 18 meses. Muito se especulou sobre qual seria o impacto da competição de estrangeiros nos endividados bancos domésticos e se a pressão de acionistas aumentaria a eficiência dos Big Four, que representam dois terços da participação em bancos nacionais. Ainda que não tenham sido muito debatidas, mudanças em outros setores também podem ter impactos significativos no setor financeiro chinês no longo prazo. As reformas financeiras em 2007 devem focar três áreas: pequenas instituições financeiras, instituições financeiras não-bancárias e redefinição da regulamentação do setor financeiro. Essas iniciativas estão em sua essência voltadas para o âmbito doméstico e, assim, o papel desempenhado por investidores e instituições estrangeiras será mínimo.

Fusões frutíferas

Apesar de cinco anos de intensa reforma, o setor bancário chinês continua confuso em meio às centenas de pequenas instituições de financiamento, que no geral apresentam resultados pouco expressivos e gerência instável. Se deixados sozinhos, bancos comerciais de cidades pequenas e instituições de crédito de áreas rurais não conseguirão prover as inovações financeiras necessárias aos consumidores e às corporações menores.

O governo chinês priorizou a reforma das instituições por meio de consolidação forçada e de injeção de capital. Em dezembro de 2006, foi aberto o Jiangsu Bank, conglomerado de dez bancos comerciais das pequenas cidades de Wuxi, Suzhou, Changzhou, Zhenjiang, Yancheng, Yangzhou, Nantong, Lianyungang, Huai'an e Xuzhou. Aproximadamente 30% do banco pertencem aos investidores locais e, até o momento, está fora do alcance de investidores estrangeiros.

Essa é a segunda tentativa de fundir bancos pequenos. A primeira ocorreu em 2005, quando foi criado o Banco Anhui Huishang, por meio da combinação de bancos comerciais e financiadores rurais e, desde então, a instituição se expande devido à injeção de capital da China Life. Outro modelo de reforma de instituição pequena está em curso em Nanning, capital da província de Guangxi, cujo banco municipal será reestruturado e passará a ser um financiador regional com capital e gerenciamento provenientes do China Development Bank.

Fusões e a injeção de capital são tentativas de solucionar problemas sistêmicos entre pequenas instituições de financiamento sem envolver capital estrangeiro. O governo espera, assim, evitar que bancos menores sejam dominados por investidores estrangeiros ou absorvidos por competidores internos, além de buscar por balanço financeiro de saldo positivo mais freqüente em instituições locais. Não obstante, o governo também tem incentivado o investimento estrangeiro em cooperativas de créditos rurais. Tais cooperativas estão em estado crítico, sendo impossível resgatá-las apenas com recursos próprios.

³Diretor da área de serviços de consultoria financeira no escritório em Pequim da Stone-brigade International, firma de consultoria em estratégias globais.

Maiores, mas não melhores

O problema da fusão de vários bancos pequenos é que não necessariamente o banco maior formado será mais forte. Balanços maiores, porém, administrados com a mesma ineficiência não resultarão em aprimoramento de suas operações ou em gerenciamento de risco mais competitivo. A atuação desses bancos também será restringida pela lentidão causada pela burocracia, além da combinação de diferentes sistemas tecnologicamente diferentes.

O Banco de Jiangsu será um teste. Para se tornar um modelo, deverá superar a burocracia, os problemas de gerenciamento advindos do processo de fusão e as diferentes demandas de seus acionistas. Sua consolidação mudará o cenário financeiro chinês, bem como o caminho para um maior desenvolvimento das instituições financeiras pequenas e rurais – um setor que está alheio ao sistema regulatório e de investimentos.

Outra área chinesa ainda subdesenvolvida do sistema financeiro chinês, e importante para os reguladores em 2007, serão as instituições financeiras não-bancárias (NBFIs, na sigla em inglês). Na China, assim como em diversos países, NBFIs não são priorizadas no sistema de regulamentação e reforma, cujo foco são os bancos, as seguradoras e os mercados de capital.

A falta de atenção aos NBFIs deve-se, em parte, a sua pouca participação no sistema financeiro chinês (ver tabela 1). Desde 1998, com o fechamento do Guandong Investment and Trust, a maioria dos 200 monopólios e empresas de investimentos ruiu, precisando ser fechada, fundida ou resgatada. Tais instituições (muitas controladas por governos locais) freqüentemente aceitavam depósitos de consumidores ilegais e os aplicavam em investimentos não confiáveis. Atualmente, existem 55 monopólios na China.

Tabela 1

Distribuição dos bens do setor financeiro até setembro de 2006

| Instituições | % do Total |
|--|------------|
| Bancos | 90,3 |
| Big Four | 57,7 |
| Shareholding | 17,4 |
| City commercial | 6,4 |
| Cooperativas de crédito rural | 8,8 |
| Financeiras não-bancárias | 1,6 |
| Firmas de Securities | 1,2 |
| Companhias de gerenciamento de fundos | 2,1 |
| Seguradoras | 4,8 |

Fontes: CRBC, PBoC, CSRC, CIRC e estimativas do CEQ

Cartas na mesa

Por ser quase impossível salvar os monopólios remanescentes, eles representam a única possibilidade de aumento a curto e médio prazo de participação estrangeira no setor (atualmente restrita a 20% para um investidor estrangeiro individual). Por controlarem pequena fatia dos bens do sistema e não afetarem diretamente investidores em vendas no varejo, tais empresas não são prioritárias para os reguladores e o investimento estrangeiro não é considerado sensível. No setor de securities – que apresenta condições similares a de monopólios – o governo, entretanto, incentiva investimento externo. A diferença entre eles é que o setor de securities produz efeitos diretos nas atividades de varejo e possui importância cada vez maior no sistema financeiro do país.

Outras NBFIs também se beneficiarão da política de regulamentação de 2007. Empresas de financiamento de automóveis, empresas de empréstimo e filiais financeiras de grandes corporações industriais ainda possuem pouca participação na economia chinesa, porém existe o compromisso de resgatar o setor a fim de expandir as vias para intermediação financeira.

Em fevereiro de 2007, a Comissão Bancária (CBRC, na sigla em inglês) anunciou que, a partir de 1º de março do mesmo ano, todos os bancos comerciais teriam permissão para participar do sistema de financiamentos. Bancos estrangeiros registrados na China também poderiam participar desse sistema diretamente. A CBRC deu ainda sinais de que considerará recursos de fundos alternativos (como bens de securitização) para firmas de financiamento de automotivos, que são os principais fornecedores de subsídios para os fabricantes estrangeiros.

Em relação aos cartões de crédito, parece não haver interesse por parte dos reguladores em expandir o papel das instituições não-bancárias. Recente regulamentação da CBRC restringiu emissão de cartões de crédito domésticos para bancos comerciais, evitando que emissores de instituições não-bancárias internacionais, como a American Express e a GE Capital, emitissem seus próprios cartões. A AmEx e a GE Capital têm tentado contornar a situação, promovendo parcerias com bancos locais para emitir cartões conjuntos, uma saída menos eficiente e mais cara.

Tamanho único para todos?

As recentes mudanças no cenário financeiro na China foram acompanhadas de debates nos meios acadêmico e político sobre como o Estado deveria regulamentar as instituições financeiras. As aquisições cruzadas no setor financeiro aumentaram rapidamente nos últimos anos. Seguradoras e bancos cooperam para distribuir apólices e firmas de gerenciamento de fundos formaram joint-ventures com bancos e corretoras. No início de 2007, diversos bancos e seguradoras assinaram contratos de joint-venture com, ou tiveram participação em, outros bancos, seguradoras ou empresas de fundo mútuo. Demais instituições candidataram-se para conseguir licença de gerenciamento de fundos e de seguros (ver tabela 2). Agências reguladoras vêm encorajando o estreitamento de laços no setor financeiro devido à recente permissão dos estrangeiros para competir nacionalmente.

Tabela 2

Laços setoriais recentes

| Data | Instituição | Alvo | Natureza |
|--------|----------------------------------|----------------------------------|--|
| Ago-05 | China Construction Bank | CCB Principal Asset Management | Participação acionária de 65% |
| Jun-06 | China Life | CITIC Securities | Participação acionária de 20% |
| Ago-06 | China Life | Guangdong Development Bank | Participação acionária de 17% |
| Nov-06 | Ping An Insurance | Shanghai Pudong Development Bank | Participação acionária aumentou para 4,94% |
| Jan-07 | China Life | Huishang Bank | Participação acionária sigilosa |
| Jan-07 | Shanghai Pudong Development Bank | AXA S/A (France) | Participação acionária de 51% na empresa JV de gerenciamento de fundos |
| Jan-07 | China Construction Bank | | Candidatura para seguro de vida |

Fonte: News Reports

Devido a essas medidas, circularam rumores no final de 2006 de que a China criaria um "super-regulador" que abarcaria todo o setor financeiro. A idéia de regulamentar o setor através de uma única agência surgiu na Escandinávia no final da década de 1980 e foi expandida ao Reino Unido com o estabelecimento da Financial Services Authority. Seguiram-se outras similares como a Japan's Financial Supervisory Agency e a Tawian's Financial Supervisory Commission. Até o final da reunião do Financial Working Group do governo chinês, no entanto, não havia indícios concretos de que a China adotaria o sistema de regulamentação único. Existe, contudo, possibilidades de mudanças neste setor após a reunião do Partido Comunista, em outubro de 2007.

Tabela 3

Financiadoras estrangeiras no setor de automóveis

| Empresa | Data de Entrada |
|-------------------------------|-----------------|
| GMAC-SAIC | Dez-03 |
| WW Finance China | Dez-03 |
| Toyota Motor Finance (China) | Dez-03 |
| Ford Finance China | Mai-05 |
| Daimler-Chrysler | Nov-05 |
| Volvo | Ago-06 |
| Dongfeng Peugeot Auto-Finance | Ago-06 |
| Fonte: News Reports | |

Há diversos argumentos a favor da unificação do sistema de regulamentação do setor financeiro. O mais óbvio é de que, como as firmas financeiras oferecem variada gama de produtos aos consumidores em diferentes mercados, o governo precisa unificar sua regulamentação a fim de analisar e gerenciar seus riscos. Um segundo argumento direciona seu foco para a eficiência das economias de escala. Um sistema único de regulamentação financeira detém maior capacidade para agregar e analisar informações, além de melhor informar os participantes do mercado financeiro a respeito de novas políticas.

Tais argumentos são bastante válidos em mercados em fase de modificações rápidas como o chinês. A atual regulamentação financeira está fragmentada entre a Comissão de Regulamentação de Securities da China (CSRC, na sigla em inglês) e a Comissão de Regulamentação de Seguros da China (CIRC, também em inglês). Ademais, também participam entidades de regulamentação adicionais do PBoC (que possui influência sobre a distribuição de empréstimos bancários), a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC, que controla o mercado privado de ações) e a Central Huijin Investment Co. (empresa estatal controlada pelo PBoC e pelo Ministério das Finanças, acionista majoritária dos Big Four Banks). Tomadores de decisão têm consciência da necessidade de maior coordenação entre essas agências, mas não há consenso se a coordenação deverá ser atingida por meio da criação de uma nova agência burocrática ou de um comitê mais flexível, do qual participem chefes de setores de regulamentação-chave.

Parece conceitual que apesar das mudanças previstas, os investidores estrangeiros continuam em posição de desvantagem. As regras para esses investidores permanecerão as mesmas, cabendo aos acionistas estrangeiros em bancos o máximo de 25%, e de 20% em empresas de securities. Empresas estrangeiras são consultadas sobre novas regulamentações provenientes da CBRC e da PBoC, mas é raro que seus reclames e ressalvas sejam considerados. Ademais, mesmo quando políticas liberais são adotadas, elas podem vir acompanhadas de pequenos detalhes que podem enganar os candidatos a investidores no mercado financeiro chinês.

Um bom exemplo é a lei que proíbe bancos não locais de aceitar depósitos em moeda local inferiores a US\$133 mil. Em meados de 2006, a associação das indústrias estrangeiras e representações de outros governos questionaram esses requerimentos que, na prática, inibem instituições financeiras pequenas e médias de entrar no mercado de varejo chinês*. Contudo, após algumas reuniões fechadas e comentários enviados ao CBRC, o limite não foi alterado. Outros exemplos são a moratória aos investimentos estrangeiros no setor de securities, a manutenção do monopólio da China UnionPay em cartões de crédito e débito e a incapacidade das empresas de gerenciamento de fundos de entrar no mercado sem um parceiro chinês. Essas políticas proibitivas têm sido aliviadas, em alguns casos, por meio de concessões ad hoc, como a permissão para que a NASDAQ e a Bolsa de Nova Iorque abrissem escritórios na China, e a concessão de licença para seguro de vida para a Marsh & McClellan.

O Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Henry Paulson, aposta na abertura do mercado financeiro chinês através do Diálogo Estratégico Sino-Americano que ocorre semestralmente.

* Os requerimentos para registro de capital de bancos estrangeiros são mais rigorosos do que para bancos chineses e, portanto, a lei dificulta que bancos estrangeiros menores participem do mercado financeiro chinês.

Tais reuniões tiveram início em dezembro de 2006 em Washington, sendo retomadas em maio de 2007 em Pequim. As chances de resultados positivos provenientes desses encontros são quase nulas. Ao mesmo tempo em que priorizam programa gradual e cauteloso de liberalização do mercado financeiro do país – assumindo que o fracasso dessas reformas resultaria em uma economia impossível de ser gerenciada – as autoridades chinesas estão determinadas a conduzir tais reformas à sua maneira, garantindo que o setor continue a ser dominado por empresas domésticas. Enquanto o governo chinês não estiver seguro de que as instituições internas são competitivas face à concorrência estrangeira, medidas como incentivo às fusões, à expansão do setor doméstico NBFi e ao ajuste à regulamentação financeira continuarão a ser adotadas. Até que o cenário se estabilize, empresas estrangeiras permanecerão com participação mínima no mercado financeiro chinês.

© Dragonomics Research & Advisory. Esta análise foi preparada a partir de fontes de dados que nós acreditamos serem confiáveis, mas nós não fazemos nenhuma representação de sua precisão ou integridade. Esta análise é publicada apenas para a informação dos clientes da Dragonomics Research & Advisory e não é uma oferta de venda ou compra, nem uma solicitação de oferta para a oferta de compra ou venda de um derivativo. Esta análise não deve ser interpretada como a provisão de investimentos para nenhum estado, país ou jurisdição nas quais esses serviços sejam ilegais. As opiniões e estimativas expressadas nessa análise constituem nossa julgamento dos dados que nos foram apresentados e são sujeitos à mudança sem notificação prévia.

Reprodução autorizada de artigo do Dragonomics Research & Advisory (www.dragonomics.net) publicado em 02.03.2007. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados. Os editores da Carta da China traduzem os artigos publicados no convênio CEBC-Dragonomics Research & Advisory sem alteração ao conteúdo original.

Qualidade

Mattel pede desculpas à China

A Mattel, maior empresa de brinquedos do mundo, enviou pedido de desculpas à China pelos recalls promovidos nos últimos meses. A empresa alegou ter cometido engano quanto à origem dos problemas apresentados por seus brinquedos. De acordo com a Mattel, a culpa não foi das fábricas chinesas, e sim de falhas da própria empresa no design dos produtos. Segundo Thomas Debrowski, vice-presidente executivo de operações internacionais da empresa, “a Mattel assume a responsabilidade por esses recalls e pede desculpas pessoalmente a todo povo chinês e a todos os clientes que compraram os brinquedos com problemas”.

O pedido de desculpas ocorreu em momento muito oportuno para o governo da China, que vinha sofrendo pressão constante da comunidade internacional para melhor fiscalizar seus produtos, garantindo maior qualidade dos mesmos.

Comércio exterior

China é o segundo maior exportador para o Brasil

A China consolidou-se como segundo maior fornecedor de produtos ao Brasil, atrás apenas dos Estados Unidos. De janeiro a agosto, o país foi responsável pela entrada de US\$ 7,579 bilhões em território brasileiro, representando aumento de 54,4% em relação ao mesmo período em 2006. O valor corresponde a cerca de 10% do que o Brasil compra no exterior.

A Ásia totalizou US\$ 18,6 bilhões das importações brasileiras, do total de US\$ 74,9 bilhões, valor que também apresentou aumento em relação ao mesmo período de 2006, de 27,8%. As exportações brasileiras fecharam os oito primeiros meses do ano em US\$ 102,434 bilhões, 15,9% a mais que em 2006.

Ao mesmo tempo, a China se tornou o parceiro número 1 da Austrália, ultrapassando o Japão. A crescente demanda chinesa por commodities foi a grande responsável pela redução no déficit comercial australiano em julho. O comércio sino-australiano totalizou US\$ 43,68 bilhões em julho, 20,2% a mais que no mesmo período em 2006.

Leia mais na
Carta da China 30

C
u
r
t
a
s

Exportações de carne brasileira podem ganhar novo impulso

O governo chinês enviou oficiais do departamento de Administração Estatal de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena (AQSIQ, na sigla em inglês) para inspecionar condições sanitárias de abatedouros e centros de processamento de carne bovina brasileiros. Com a missão, produtores brasileiros esperam receber novos certificados de autorização para exportação do produto para o mercado chinês. O anúncio foi feito pelo vice-ministro do Ministério do Comércio da China, Gao Hucheng, durante missão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) ao país no início de setembro.

A carne é um dos produtos com enorme potencial de incremento na pauta de exportação para a China, sobretudo a de origem suína, em razão dos surtos de Síndrome Respiratória e Reprodutiva Suína que têm contaminado rebanhos chineses e pressionado índices inflacionários. O Brasil já exportou carne suína para a China, entre 2003 e 2004, quando então o regime foi suspenso pelas autoridades chinesas, que alegaram condições sanitárias insatisfatórias.

Defesa Comercial

Camex aprova nova medida antidumping contra produtos chineses

Nova medida *antidumping* foi aprovada em agosto pela Câmara de Comércio Exterior (Camex) contra importações de brocas de encaixe e talhas manuais chinesas. A aplicação de sobretaxa provisória de US\$ 28,23 por quilo de brocas será feita durante seis meses. No caso das talhas manuais, a sobretaxa é de US\$ 114,14 por unidade durante os próximos cinco anos. A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) foi a responsável pela reivindicação de medidas em relação às talhas. A indústria de bens de capital ainda possui nove pedidos junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) contra produtos chineses.

Na mesma ocasião, houve também a aprovação da substituição de 14 itens da lista de exceção à Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC). Entre os itens excluídos, seis foram do setor de calçados (após o Paraguai concordar em adotar a elevação da TEC em 15%) e vários medicamentos. A Camex também prorrogou a validade do reperto em três anos, de dezembro de 2007 a dezembro de 2010. O regime de reperto, iniciado em 2005, consiste em isenção tributária (de Imposto de Importação, Pis, Cofins e Imposto sobre Produtos Industrializados) para a indústria portuária sobre produtos como máquinas e equipamentos que não possuam similar nacional. O prazo foi estendido em razão de não terem sido realizados todos os investimentos previstos. Existem ainda, no MDIC, outras 23 investigações em curso.

Ciência e tecnologia

Lançado satélite sino-brasileiro

O Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE) e a Agência Espacial Chinesa (CNSA) lançaram em conjunto mais um satélite, no dia 19 de setembro. O CBERS-2B é o terceiro item do programa de sensoriamento Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres. O foguete Longa Marcha 4, o mesmo que levou ao espaço as primeiras versões do satélite, foi lançado a partir da base de Taiyuan, na província de Shanxi. O lançamento foi bem-sucedido e o satélite já está em plena operação.

Automóveis

Chery Mercosul inicia produção de pré-série

A montadora Chery iniciou produção de unidades pré-série (utilizadas apenas para testar o desenvolvimento do modelo) de automóveis do modelo Tiggo no Uruguai. A empresa tem previsão de produzir o modelo de utilitário 4x4 a partir de dezembro de 2007 ou janeiro de 2008, também no país. Será o primeiro automóvel chinês a ser produzido e comercializado no Mercosul. Os primeiros exemplares poderão chegar às concessionárias brasileiras e argentinas no início de 2009.

Leia mais na
Carta da China 28

Leia mais na
Carta da China 26

A subsidiária da Chery Automobiles Co., maior montadora de controle provincial da China, é uma sociedade com o grupo argentino Socma e com o uruguaio Oferror. Os sul-americanos ficaram responsáveis pela comercialização dos veículos e financiamento do projeto - orçado em cerca de US\$ 100 milhões. Já a chinesa será encarregada da gestão e operacionalização. O projeto, que tem como foco principal os mercados brasileiro e argentino, irá operar sob a legislação do Mercosul, que exige que 60% das peças utilizadas na fabricação de veículos sejam adquiridas na região.

Investimento

Inaugurada empresa para gerenciar investimentos externos

A nova agência estatal de investimentos, China Investment Co., responsável por administrar parte das enormes reservas internacionais do país (que alcançaram US\$ 1,33 trilhão em junho de 2007), será inaugurada em 28 de setembro de 2007. A nova empresa terá como presidente Lou Jiwei, atual secretário-geral do Conselho de Estado. Outros nomes importantes do governo chinês farão parte do corpo de funcionários da China Investment.

Ainda em agosto, o Ministério das Finanças aprovou a venda de \$ 600 bilhões de yuans (aproximadamente US\$ 79 bilhões) de títulos no mercado interbancário para financiar o empreendimento. Esta é apenas a primeira parte de um total de \$ 1,55 trilhão de yuans a serem ofertados no futuro próximo, informou o Ministério.

Conforme informado pelo governo chinês, a empresa terá três principais objetivos: investir no mercado financeiro, aplicar diretamente no setor energético no exterior e oferecer apoio financeiro às empresas que investem fora da China. No entanto, ao contrário do que foi divulgado oficialmente, especialistas internacionais acreditam ser pouco provável que haja investimento direto da China Investment Co. no exterior devido à falta de experiência e conhecimento necessários e em razão de a maior parte dos recursos disponíveis já ter destino certo, investimentos nas grandes estatais chinesas.

Inflação

China congela preços de produtos controlados pelo governo

Devido ao aumento da inflação no país, que atingiu 5,6% em agosto, maior nível dos últimos 10 anos, o governo chinês decidiu congelar preços de alguns produtos por ele controlados. As autoridades chinesas manterão sob controle preços de tarifas de serviços públicos, transportes e combustíveis, entre outros. Um dos principais responsáveis pela alta na inflação, que não deve ser atingido pela medida de controle de preços, foi o preço dos alimentos, com destaque para a carne suína, que contribuiu para o aumento dos demais produtos alimentícios.

A decisão tem por objetivo conter reclamações da população, insatisfeita com o constante aumento do valor de alguns produtos e serviços, e com isso criar ambiente tranquilo para a abertura da 17ª Reunião do Congresso do Partido Comunista em 15 de outubro de 2007.

Muitos analistas estão céticos quanto à medida adotada, uma vez que não acreditam que o governo chinês consiga ter o mesmo poder de controle sobre os preços que detinha no passado. A decisão afeta apenas atividades econômicas de controle estatal e exclui, portanto, o setor privado, que representa maior parte da economia chinesa.

Estatais

SOEs aumentam seus lucros em 34%

As maiores empresas estatais chinesas (SOEs, na sigla em inglês) registraram aumento de 33,5% nos lucros nos primeiros seis meses de 2007, segundo a Comissão de Supervisão e Administração de Bens Estatais. Os setores de energia, metalúrgico, transporte, automotivos e de transações externas cresceram 67% e

representaram 59,7% do aumento total.

Os lucros das 417 maiores empresas aumentaram de \$ 495,5 para \$ 661,5 bilhões de yuans, e suas vendas atingiram \$ 6,9 trilhões de yuans no primeiro semestre de 2007. O crescimento das exportações (que alcançaram \$ 343,6 bilhões de yuans), contudo, foi menor que o registrado no mesmo período de 2006. As exportações no setor petroquímico e de carvão diminuíram 28,3% e 15%, respectivamente, devido à nova política de restrições impostas às exportações de recursos naturais.

Energia

Arábia Saudita se torna maior exportador de petróleo para China

As vendas de petróleo da Arábia Saudita para o mercado chinês atingiram 2,33 milhões de toneladas em julho, o que elevou o país à posição de maior fornecedor do produto à China, ultrapassando Angola, Rússia e Omã.

As relações comerciais e políticas entre ambos os países têm se intensificado nos últimos anos. Ainda em 2004, a Arábia Saudita reduziu significativamente suas exportações de petróleo para os Estados Unidos – até então seu principal mercado consumidor – em detrimento de maior volume de exportação para a China. Em 2006, durante visita do rei saudita Abdullah bin Abdul-Aziz à China, os líderes dos países assinaram protocolo de cooperação no setor energético.

Governo chinês

Nomeada chefe de escritório anticorrupção

Ma Wen, Ministra de Supervisão, foi indicada pelo Conselho de Estado para preencher o cargo de direção do novo Escritório Nacional de Prevenção da Corrupção. O escritório, instituído em setembro, deve trabalhar em conjunto com as comissões disciplinares do Partido Comunista, presentes em quase todas as instituições do governo a nível local e nacional. Estatísticas apresentadas pela agência Xinhua mostram que mais de 97.200 servidores públicos foram indiciados por corrupção ou conduta imprópria no último ano.

Negócios

Bolsa de Nova Iorque é autorizada a implantar escritório na China

A Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE, na sigla em inglês) recebeu aprovação da Comissão de Valores Mobiliários da China para instalar escritório no país. A bolsa norte-americana se tornará a primeira bolsa estrangeira a instalar-se em território chinês. Antes da aprovação, apenas a bolsa de Hong Kong possuía escritório de representação no país. A Nasdaq apresentou em junho pedido para ter representações na China e ainda não recebeu resposta.

Indústria

Exportações de calçados chineses aumentam no 1º semestre de 2007

As exportações de sapatos chineses registraram aumento de 17,5% no primeiro semestre de 2007, segundo a Câmara de Comércio de Produtos das Indústrias Leves, Artes e Artesanato da China. O país, que já se consolidou como maior produtor e exportador mundial do setor, vendeu 4,4 bilhões de pares, cerca de US\$ 12 bilhões, no mercado internacional no período. Os Estados Unidos, o maior destino dos calçados chineses, detiveram participação de 45% das vendas da China de produtos do setor para o exterior. Segundo Wang Hanjiang, presidente da Câmara, os sapatos chineses custaram aos consumidores norte-americanos menos de um terço dos calçados italianos, cujos preços são considerados baixos.

Negócios

Blackstone adquire 20% de subsidiária da China National Chemical Corp.

A Blackstone e a China National BlueStar selaram acordo de parceria estratégica com intuito de criar um líder mundial na indústria química. O grupo norte-americano de private equity será responsável por investir cerca de US\$ 600 milhões na subsidiária da China National Chemical Corp, em troca de 20% de participação na mesma. Esse é o primeiro acordo feito entre as duas empresas desde que a China adquiriu fatia de US\$ 3 bilhões da Blackstone.

Relações bilaterais

Cresce parceria entre China e Rússia

O ano de 2007 registrará um aumento no comércio entre China e Rússia de aproximadamente 16,5% em relação a 2006, atingindo recorde de US\$ 40 bilhões segundo informe do Ministério do Comércio da China (MOFCOM, na sigla em inglês). A curva de comércio entre os países é crescente desde 1999, com média anual de aumento de 28,6%. A China é o terceiro maior parceiro comercial da Rússia, enquanto esta é a oitava maior parceira dos chineses.

O aumento dessa parceria ilustra a busca chinesa por diversificação de mercados, fontes para fornecimento de petróleo e aproximação de parceiros regionais. O comércio sino-russo, que alcançou no primeiro semestre de 2007 US\$ 25 bilhões, tende a bater recordes anuais devido à estratégia chinesa de procurar mercados alternativos para seus produtos.

Sistema bancário

Ofertas públicas de bancos chineses atraem multidões de investidores

As ofertas públicas iniciais (IPO, na sigla em inglês) do Banco de Construção da China (CCB, na sigla em inglês) e do Banco de Pequim na bolsa de Xangai atraíram conjuntamente mais de quatro trilhões de yuan. O Banco de Pequim atraiu 126 vezes o valor ofertado, de US\$ 2 bilhões. Este foi superado pelo CCB, que atraiu US\$300,8 bilhões, ou quase 40 vezes o valor de ações ofertadas.

Indústria

Maior preço de matérias-primas é repassado ao varejo

A Techtronic Industries (TTI), empresa sediada em Hong Kong e uma das maiores produtoras de ferramentas elétricas mundial, admitiu em agosto estar repassando aumentos de custos a varejistas, pela primeira vez em mais de uma década. A organização evidencia a dificuldade que até mesmo fabricantes de primeira linha estão enfrentando em aumentar eficiência de suas cadeias de fornecimento chinesas. Este caso evidencia um fato que começa a ser percebido na China. Pela primeira vez em cinco anos o IPC registrado em junho de 2007 superou o índice de preços ao produtor, demonstrando que os salários estão crescendo mais do que a produtividade da economia chinesa.

Segundo executivos da TTI, o aumento dos custos é afetado principalmente por matérias-primas e salários. O preço dos insumos tem subido há anos, porém a empresa conseguia amenizar o efeito ao gerar maior eficiência em sua cadeia de fornecimento global. Tal estratégia mostra-se cada vez mais penosa, à medida que diversos preços na China não param de crescer - desde mão-de-obra até energia elétrica. Outro obstáculo à empresa foram as recentes reduções de benefícios tributários concedidos aos exportadores, como o reembolso do imposto sobre valor agregado.

Em 2006 a empresa, que também possui fábricas nos Estados Unidos e México, apresentou rendimentos de US\$ 2,8 bilhões.

Siderurgia

Demanda chinesa por aço aumenta preço do metal na Índia

O crescimento na demanda chinesa por aço e a elevação dos preços do metal no mercado interno chinês aumentaram a procura pelo produto na Índia, gerando recordes quase diários de seus preços. A produção chinesa de aço em 2007 (aproximadamente 490 milhões de toneladas) não será suficiente para suprir as necessidades do consumo interno, tornando necessária a busca por outros fornecedores como a Índia. O preço do aço na Índia aumentou cerca de 70% desde o início de 2007, superando os US\$150 por tonelada. Para efeitos comparativos, o custo do metal de características similares ao indiano no Brasil varia de US\$120 a US\$125.

Entretanto, o aço brasileiro oferece menos vantagens do que o similar oriundo da Índia, devido a sua dificuldade em lidar com congestionamento nos portos. Estima-se que a importação chinesa de aço deve crescer mais de 18% ainda em 2007 e o Brasil precisa investir em infra-estrutura portuária a fim de melhor aproveitar essa oportunidade.

Segurança

Estados Unidos acusam exército chinês de "crime virtual"

As Forças Armadas chinesas são acusadas de invadir a rede do Departamento de Defesa norte-americano. A invasão teria paralisado parte do sistema por uma semana. Dias antes, o exército chinês havia sido acusado de "espionagem cibernética" contra o governo alemão. O governo chinês negou envolvimento em ambos os casos.

O Pentágono, assim como outras instituições do governo norte-americano, é vítima de ataques diários deferidos por hackers, adolescentes, criminosos, militantes e outros. Ocasionalmente estes ataques são bem-sucedidos. Em 1999, um grupo de jovens autodenominado *Global Hell* infiltrou-se na rede do Pentágono, alterando dados de seu site na internet, interrompendo partes do sistema de comunicações. Em 2000, um jovem de 18 anos do Novo México foi acusado de invadir e adulterar informações em um computador da NASA. O crescimento acelerado de usuários de internet na China – aproximadamente 150 milhões no início de 2007, contra 40 milhões no Brasil e mais de 200 milhões nos Estados Unidos – torna o país uma fonte cada vez mais provável de ataques e outros crimes virtuais.

Energia

China firma três grandes contratos em petróleo e gás

A China National Petroleum Corporation (CNPC) firmará joint-venture com a Petróleos de Venezuela (PDVSA) para explorar petróleo na Faixa do Orinoco na Venezuela. A CNPC possuirá 40% do controle do empreendimento. O investimento previsto supera US\$ 10 bilhões.

A PetroChina, subsidiária da CNPC, assinou dois contratos de importação de gás natural liquefeito (LNG, na sigla em inglês). Os acordos foram firmados com a Royal Dutch Shell, que exportará um milhão de toneladas de LNG ao longo de 20 anos e com a australiana Woodside Petroleum, que venderá cerca de três milhões de toneladas de LNG no curso de 15 anos. Os valores ainda não foram oficializados.

A produção de petróleo e o refino na China não têm sido capazes de atender à demanda nacional. O preço mantido artificialmente abaixo do mercado tem forçado as empresas a operar no vermelho. Analistas da Bloomberg duvidam que o governo venha a aumentar os preços internos do combustível, tendo em vista a inflação acima da meta nos últimos meses.

Joint-ventures

SABMiller comprará quatro cervejarias na China

A China Resources Snow Breweries Ltda. (CR Snow), *joint-venture* da gigante do

setor de bebidas SABMiller com a China Resources Enterprise Ltda., anunciou em agosto de 2007 a compra de quatro novas cervejarias na China. As novas instalações, localizadas nas províncias de Liaoning, Hunan e Anhui, serão adquiridas pelo montante de U\$ 79 milhões, dos quais U\$ 57 milhões serão adiantados em espécie.

As quatro novas unidades adicionarão capacidade produtiva equivalente a aproximadamente cinco milhões de hectolitros à atual capacidade de 90 milhões de hectolitros da *joint-venture*, e aumentarão consideravelmente sua já preponderante presença no mercado chinês, segundo expectativas da empresa.

Jurídico

Yahoo enfrenta processo de organização de direitos humanos

A Organização Mundial para Direitos Humanos (WOHR, na sigla em inglês) iniciou processo contra a Yahoo! Inc., por acreditar que a empresa tem colaborado com o governo chinês em práticas de abusos de direito humanos, dentre eles atos de tortura. A Yahoo! Inc. teria fornecido informações sobre escritores e jornalistas ao governo chinês, que em seguida prendeu os supostos "criminosos". Alguns deles haviam escrito matérias com críticas ao regime.

Para a organização, a empresa deveria ter questionado a necessidade do governo de obter tais dados dos jornalistas, ao invés de tê-los divulgado e, dessa forma, "falhou com suas responsabilidades éticas". De acordo com a Yahoo! Inc., foram seguidas as leis locais, apesar da empresa afirmar que as informações fornecidas realmente foram as responsáveis pelas prisões.

Internet

Polícia virtual é criada para censurar sites ilegais

O departamento de segurança pública da China implementou em setembro uma polícia virtual cujo objetivo é monitorar os conteúdos vistos por internautas em determinados websites. A "patrulha cibernética" é uma animação que aparece em pop ups na tela do computador, advertindo os usuários sobre conteúdo ilegal na rede.

Gripe Aviária

China confirma novo foco da gripe aviária

Foi confirmado surto da gripe aviária H5N1 em patos na cidade de Cantão, sul da China, no início de setembro. Mais de 150 mil aves foram sacrificadas (dentre elas patos, frangos e pombas), após morte de cerca de 9 mil patos. A ação tinha por objetivo evitar que o vírus se disseminasse na região. Devido à escassez de aves provocada pelo novo surto, o governo disponibilizará aos cidadãos da região maior quantidade de carne de porco, carneiro e peixe. A última ocorrência de surto da gripe aviária na China foi registrada em maio de 2007, na província de Hunan.

Carta da China

A **Carta da China** é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A **Carta da China** é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores

Rodrigo Tavares Maciel

Isabela Nogueira

Vivian Alt

Zaira Lanna

Estagiários: Ana Luiza do Carmo, Dani Nedal e Estêvão Salles

Projeto gráfico

Casa do Cliente Comunicação 360º – www.casadocliente.com.br

Atendimento ao leitor

cebc@cebc.org.br

Edições anteriores

Disponíveis para download em www.cebc.org.br